

Queda livre

Ranking mostra problemas se sobrepõem às qualidades da economia brasileira

| Posição | País | Posição por fator | | | |
|---------|------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|----------------|
| | | Performance econômica | Eficiência governamental | Eficiência empresarial | Infraestrutura |
| 1ª | Singapura | 3ª | 2ª | 3ª | 5ª |
| 2ª | Hong Kong | 11ª | 3ª | 3ª | 5ª |
| 3ª | Saça | 32ª | 3ª | 6ª | 1ª |
| 4ª | Taiwan | 5ª | 6ª | 4ª | 10ª |
| 5ª | Emirados Árabes Unidos | 1ª | 4ª | 11ª | 22ª |
| 6ª | Guatemala | 25ª | 8ª | 2ª | 2ª |
| 7ª | Índia | 2ª | 5ª | 5ª | 19ª |
| 8ª | Países Baixos | 9ª | 9ª | 7ª | 7ª |
| 9ª | Suécia | 21ª | 11ª | 8ª | 4ª |
| 10ª | Estados Unidos | 8ª | 27ª | 12ª | 3ª |
| 65ª | México | 41ª | 67ª | 57ª | 64ª |
| 63ª | Espanha | 42ª | 66ª | 56ª | 52ª |
| 64ª | Coreia | 65ª | 47ª | 64ª | 67ª |
| 65ª | Brasil | 36ª | 69ª | 67ª | 61ª |
| 66ª | Botsuana | 69ª | 44ª | 58ª | 63ª |
| 67ª | Mongólia | 43ª | 63ª | 62ª | 68ª |
| 68ª | Nigéria | 55ª | 53ª | 63ª | 70ª |
| 69ª | Namíbia | 68ª | 62ª | 70ª | 68ª |
| 70ª | Venezuela | 70ª | 70ª | 60ª | 69ª |

Foto: IMF/OCDE

Conjuntura Com recuo em todos os quesitos avaliados, país teve piores mais significativas em eficiência dos negócios e performance econômica

Brasil cai em ranking de competitividade e fica em 65º entre 70 países

Rafael Vazquez
De São Paulo

O Brasil caiu sete posições na edição de 2026 do Ranking de Competitividade do IMD World Competitiveness Center (WCC), relatório publicado anualmente desde 1989 pelo instituto sulco IMD Business School, que conta com a parceria da Fundação Dom Cabral (FDC), escola brasileira de formação de executivos. Agora o país está na 65ª colocação entre 70 nações avaliadas. A pior colocação anterior foi o 62º lugar de 2024.

Conforme destaca a Fundação Dom Cabral, entre os quatro fatores avaliados, o país apresentou piora em todos os indicadores, com destaque para a eficiência dos negócios, que recuou 11 posições, e para a performance econômica, que caiu seis posições. O quesito de eficiência governamental manteve a trajetória de deterioração observada desde 2022, enquanto o tópico infraestrutura também apresentou queda.

Segundo o diretor do Centro de Pesquisa em Inovação e Inteligência Artificial da Fundação Dom Cabral (FDC), Hugo Tadeu, os resultados evidenciam desafios persistentes para a competitividade brasileira, especialmente em aspectos relacionados à eficiência institucional e à sustentação do crescimento econômico.

"Quando olhar para a perspectiva de desempenho econômico, o Brasil tem desafios consideráveis, principalmente em relação à eficiência de gestão pública", diz Tadeu. "Mas é preciso pontuar que a gestão dos negócios privados também não está se destacando positivamente, principalmente quando observamos o empenhamento das empresas", acrescenta.

Tadeu pondera que o aumento do custo de capital, consequência

direta da alta taxa de juros no país, pode estar pressionando a eficiência da gestão na iniciativa privada.

No relatório, o Brasil figura na última colocação no item específico relacionado a custo de capital. A conclusão é que esse tópico tem representado uma restrição estrutural à expansão do investimento produtivo e à modernização da estrutura empresarial. "Meca diretamente a formação de capital de longo prazo ao encarecer decisões de investimento e reduzir a previsibilidade financeira dos projetos. Em termos práticos, o ambiente se torna menos propício à alocação de recursos em inovação e expansão produtiva, especialmente em setores mais sensíveis ao ciclo de crédito", diz o relatório.

Tadeu também destaca que o Brasil tem um problema histórico em educação e na formação de executivos que impacta na eficiência do setor privado. "Todo mundo fala de governo e é um fato que a gestão pública é responsável em boa parte pela baixa competitividade do país, mas os indicadores das empresas também não estão positivos, tanto pelo aumento do custo de capital quanto pelo déficit em educação, inovação e tecnologia", diz o diretor da FDC.

O Brasil também aparece na última colocação em educação primária e secundária, o que expõe

"Quando olhar para a perspectiva de desempenho econômico, Brasil tem desafios consideráveis"
Hugo Tadeu

fragilidades na formação da base do capital humano, o que compromete efeitos de longo prazo sobre produtividade e inovação. Os dados colocam o Brasil na última fila do ranking, perto de países como México (62ª), Eslovênia (63ª), Botsuana (66ª), Mongólia (67ª), Nigéria (68ª) e Venezuela (70ª). Mas há uma pontua que o país não significa que o Brasil esteja em um momento de desastre. Para ele, o que o ranking evidencia é que o país tem desafios estruturais que precisam ser enfrentados. "Não é terra arrasada. Temos uma agenda a ser construída", diz.

Há pontos positivos mencionados ao Brasil no documento. Um deles é a capacidade de geração de empregos no longo prazo, quesito no qual o país está em quinto lugar. Outro destaque positivo é o fluxo de investimento direto estrangeiro (setimo lugar), o que sinaliza a capacidade de atrair capital internacional mesmo em um cenário econômico global marcado por incertezas. "Esse desempenho sinaliza a relevância dos pais nas estratégias de expansão de empresas multinacionais e reforça seu papel como um dos principais destinos de investimento entre as economias emergentes", diz o relatório.

Na ponta de cima do ranking, Singapura assumiu a liderança ao se destacar principalmente pelo ambiente favorável aos negócios e pela solidez de suas instituições. Em seguida vêm Hong Kong (segundo), Suíça (terceiro) e Taiwan (quarto). A Europa também mantém forte presença entre os líderes, com países como Dinamarca (seto), Holanda (oitavo) e Suécia (nono), evidenciando a importância de estratégias de longo prazo voltadas à inovação, produtividade e desenvolvimento econômico.

Informação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) do Sesc e do Searc

CNC QUESTIONA NO STF ISENÇÃO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA PRODUTOS DE ATÉ 50 DÓLARES

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) protocolou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), sob número 7.974 no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o art. 1º da Medida Provisória nº 1.357/2026 e contra a Portaria MF nº 1.342/2026. As normas em questão restabeleceram a alíquota zero do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 em plataformas de e-commerce internacionais, conhecida como "taxa das blusinhas".

Diante do risco de retrocesso e da insegurança jurídica para o comércio nacional, a CNC requer a concessão de medida liminar para suspender imediatamente os efeitos da isenção. No mérito, a Confederação pede que o STF declare a inconstitucionalidade total das normas impugnadas, restaurando o equilíbrio competitivo no mercado brasileiro.

Para a CNC, a isenção federal cria um cenário de concorrência desleal ao conceder vantagem tributária excessiva e desproporcional ao produto importado em detrimento do

similar nacional. A entidade argumenta que, enquanto o produto estrangeiro chega ao consumidor livre de imposto federal, as empresas brasileiras precisam suportar integralmente a elevada carga tributária interna.

"A medida é um retrocesso grave que pune diretamente o setor produtivo nacional", afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Semac, José Roberto Tadros. "O comércio nacional não teme a concorrência, desde que ela seja leal e justa", completa.

HOTÉIS DO SESC RECEBEM SELO CONCEDIDO PELO MAIOR SITE DE PESQUISAS DE VIAGENS DO MUNDO

Quinze hotéis da rede de Turismo Social do Sesc foram contemplados com o selo Travellers' Choice 2026, organizado pelo TripAdvisor, o maior site de pesquisas de viagens do mundo.

Dois deles, no Espírito Santo, receberam o reconhecimento pela primeira vez: o Sesc Domingos Martins e o Sesc Praia Formosa. Pelo segundo ano consecutivo, as três unidades de hospedagem de Pernambuco, localizadas em Garanhuns,

Triunfo e Sirinhaém, conquistaram o selo. O Rio de Janeiro também teve três unidades premiadas: Sesc Cabo Frio, Sesc Nogueira e Sesc Nova Friburgo.

Os demais hotéis que receberam o selo foram: Sesc Bonito, em Mato Grosso do Sul, o Sesc Ouro Preto, em Minas Gerais, Hotel Sesc Porto Cercado, no Pantanal Mato-grossense, Sesc Capucupé, em Santa Catarina, Grande Hotel Sesc Itapirica, na Bahia, Sesc Gramma-

do, no Rio Grande do Sul, e Sesc Caiobá, no Paraná.

Pioneiro e protagonista em Turismo Social no País, o Sesc oferece passeios e viagens a preços acessíveis, ampliando as possibilidades de lazer do público e estimulando o desenvolvimento econômico de várias localidades. Em 2025, a rede hoteleira do Sesc recebeu mais de 768 mil hóspedes em seus 43 hotéis, localizados em todas as regiões do Brasil.



O Sesc Domingos Martins, no Espírito Santo, recebeu o Travellers' Choice 2026, promovido pelo TripAdvisor

SENAC ADERE AO PACTO CONTRA A CORRUPÇÃO E PELA INTEGRIDADE PROMOVIDO PELO INSTITUTO ETHOS

O Departamento Nacional do Senac (DN) é o mais novo signatário do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção promovido pelo Instituto Ethos. A iniciativa é um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas para promover um mercado mais íntegro e reduzir as diferentes práticas de corrupção. A instituição se compromete a divulgar leis brasileiras anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse,

vedar qualquer forma de suborno e garantir a transparência de suas informações.

Os participantes do pacto assumem o compromisso de proibir o uso de meios imorais ou antiéticos nos relacionamentos com agentes públicos, além de apoiar apurações ou investigações sobre suspeitas de irregularidades, violação de leis ou de princípios éticos.

Além disso, todo ano, o DN deverá preencher o Guia temático de integridade, prevenção

e combate à corrupção, uma ferramenta de monitoramento que ajuda a medir a adesão das empresas ao pacto. O guia também pode ser usado para gerar relatórios individuais orientadores da evolução e oferecer subsídios para o aprimoramento de práticas de integridade.

Fundado em 1998, o Instituto Ethos é uma organização da sociedade civil criada para ajudar as empresas a terem uma gestão sustentável e socialmente responsável.

Garantia da União à Embraer avança

Giordanna Neves
De Brasília

O governo federal avançou ontem na tramitação da proposta que prevê garantia da União em financiamentos vinculados aos chamados pagamentos antecipados ("pre-delivery payments" ou PDPs) na venda de aeronaves da Embraer.

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) aprovou o encaminhamento do tema ao Comitê Executivo de Gestão (Cogex), que deve deliberar sobre a medida na próxima semana. Os PDPs correspondem aos pagamentos antecipados exigidos

dos compradores quando entram na fila de produção da fabricante. Em geral, a empresa precisa desembolsar antecipadamente uma parcela prevista em contrato, normalmente em torno de 30% do valor da aeronave.

O problema é que, nessa fase, o comprador ainda não recebeu o avião e, portanto, não gera receita com sua operação. Além disso, caso precise recorrer a financiamento para realizar o pagamento, enfrenta dificuldades para apresentar garantias, já que a aeronave ainda não foi entregue. O Seguro de Crédito à Exportação (SCE) cobre o financiamento da aeronave,

mas não esses adiantamentos.

A proposta, antecipada pela Folha de São Paulo, cria uma cobertura para esse tipo de operação. Pelo modelo em discussão, o risco de inadimplência dos financiamentos destinados aos pagamentos antecipados passaria a contar também com cobertura da União.

A estrutura prevê ainda a apresentação de garantias pelas empresas, cujo valor varia de acordo com a classificação de risco. Entre os ativos que podem ser utilizados estão recebíveis de cartão de crédito e direitos associados à produção do comprador na fila de produção das aeronaves.

empresa
limpa

PELA INTEGRIDADE E CONTRA A CORRUPÇÃO

SENAC | E8